

Planalto cobra os relatórios pedidos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney determinou a todos os ministros que enviem ao Palácio do Planalto, no prazo de dez dias, os relatórios sobre a situação de cada ministério, conforme foi solicitado pelo presidente eleito Tancredo Neves, durante a primeira reunião ministerial, em 17 de março, no discurso lido na ocasião pelo então vice-presidente. O prazo foi prolongado porque Sarney considerou o período da doença do presidente eleito como um complicador do esquema administrativo.

Tancredo, no discurso, recomendava que os relatórios fossem apresentados ao final de 90 dias de governo, mas até agora passados mais de três meses da implantação da Nova República, nenhum ministro ainda fez chegar sua avaliação às mãos do presidente da República. Mas, tão logo tenha recebido todos os relatórios sobre a situação real de cada Pasta, Sarney deverá convocar outra reunião de todo o ministério, a fim de serem debatidos em conjunto os problemas setoriais do governo. O chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, enviou ontem a todos os ministros a recomendação presidencial.

O presidente José Sarney não esconde seu aborrecimento com o emperramento e o desestímulo da máquina administrativa federal, conforme declarou mais de uma vez na entrevista coletiva de segunda-feira. Por isso tem feito cobranças diárias aos ministros para que sejam cumpridas suas determinações, segundo revelou o secretário de imprensa do governo. Mas nem sempre o presidente tem sido atendido. Contudo, como a gigantesca burocracia federal não responde eficientemente aos estímulos do comando é que o chefe do governo determinou a realização

de uma reforma administrativa. Ao mesmo tempo, utiliza-se do telefone para fazer as cobranças aos ministros — sua assessoria, no entanto, não cita os casos específicos de ordens do presidente que eventualmente não estejam sendo cumpridas.

O porta-voz presidencial, Fernando César Mesquita, frisou, porém, que os ministros são obrigados a cumprir fielmente as determinações do chefe do governo. "Nenhum ministro vai descumprir ordens do presidente da República, senão rodará no outro dia" — explicou, referindo-se à possível demissão de ministros desobedientes. E acrescentou que sua frase poderia ser publicada na íntegra.

Represália

À noite, no Senado, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) tentou impedir a aprovação do pedido do presidente Sarney para viajar ao Uruguai em agosto. Na votação simbólica, por acordo de lideranças, a autorização foi aprovada, mas Lucena pediu verificação de quorum e só havia 31 parlamentares em plenário — o mínimo é 35. Foi necessária a presença de mais três senadores que, com o presidente da Casa, José Frangelli, completaram os 35 votos exigidos por lei.

Lucena está magoado com Sarney porque o presidente da República havia garantido que a Zona Franca de Manaus era intocável, mas permitiu que o Conselho Nacional de Informática e Automação retirasse os incentivos fiscais para a implantação de indústrias de computadores em Manaus. De acordo com o senador, a decisão vai provocar o desemprego de 80 mil pessoas em Manaus. "Essa foi a primeira reação minha. E eu tenho seis anos de mandato, o mesmo que Sarney" — advertiu.

Sarney compõe equipe

CARLOS CHAGAS

O Palácio do Planalto procura, desde o começo da semana, um assessor para assuntos comunitários e assistência social. Alguém que, mesmo por salário baixo, se instale num dos gabinetes próximos ao presidente José Sarney e sirva como seu consultor, planejador e até executor sempre que os temas referidos estiverem em pauta, trazidos ou não pelos ministros da área.

O novo integrante do chamado "grupo dos dez" (porque, por enquanto, serão dez os assessores especiais), reunir-se-á a Célio Borja, que cuida de problemas institucionais e políticos; a Luis Paulo Rosenberg, que trata de economia e finanças; a Rubem Ricúpero, encarregado de questões internacionais; a Marcos Vilaca, funcionando no campo administrativo e em assuntos gerais; a Edison Vidigal, destacado para o plano regional, e a Mauro Salles, recém-admitido para atuar na alta comunicação social. Eles respondem diretamente a Sarney, são acionados por ele e também tomam a iniciativa de suscitar a ação oficial. Junto deles está Jorge Murad, genro e secretário-particular do presidente.

Um governo paralelo? Um singular Shadow-gabinet que não atua na oposição, mas no próprio governo? O verdadeiro Ministério de Sarney, tendo em vista que, ao assumir, ele já encontrou todos os ministros nomeados por Tancredo Neves e não se dispôs a compor a sua equipe real, preferindo respeitar os compromissos políticos assumidos pelo morto ilustre? Ou apenas, uma assessoria de alto nível, imprescindível ao funcionamento do poder, à maneira do que acontece na Casa Branca, nos Estados Unidos?

É cedo para rotular o "grupo dos dez", mas a verdade é que a sua influência cresce dia a dia na medida em que o presidente nada decide, no âmbito dos Ministérios, sem ouvi-los e consultá-los. Para alguns, maliciosamente, eles são os superministros, aqueles a deter o poder de fato, a gerir as engrenagens decisórias. Seriam os que Sarney nomearia para ministros, ou nomeará, com o correr do tempo. Outros, porém, não chegam a tanto, justificando a formação da equipe de assessores especiais como necessidade natural de um governo democrático, que pretende governar politicamente e com a participação da sociedade.

O ministro Fernando Lyra, da Justiça, por exemplo, não vê sombra nem se sente atingido ou desprestigiado pela presença de Célio Borja no Palácio do Planalto. Acentua dispor de seu espaço próprio de atuação como ministro e até acrescenta, com graça, que antes da posse do governo da Nova República o Palácio do Planalto se resumia nos carros, na garagem, nos motoristas, nos contínuos e no presidente da República. Existiam, é claro, como existem, as funções estabelecidas nos Gabinetes Civil e Militar e no SNI, mas cada funcionário, do mais graduado ao mais humilde, possuía, como possuem os atuais, encargos específicos, papelada para despachar e nenhum tempo livre para formular e diagnosticar. Nada mais certo, assim, do que o presidente instrumentalizar-se para o seu trabalho, cercando-se de assessores de alto nível, capazes de ajudá-lo a entender as múltiplas questões e a decidir com maior conhecimentos de causa.

Nos tempos do general João Figueiredo, é ainda o ministro da Justiça que fala, o presidente não decidia nem participava. Recebia pratos feitos dos ministros, passava-os ou não, limitando-se a assinar papéis e a dar de ombros diante de "sugestões" que nada mais eram do

que fatos consumados. O que Delim Netto lhe trazia era bíblia, geralmente já impressa, em matéria de economia, do mesmo modo como a palavra do general Octávio Medeiros parecia final em todos os temas. O chefe do Gabinete Civil tratava de questões políticas e administrativas e o general Danilo Venturini pontificava na segurança nacional. Como cada um deles respondia por um ou diversos setores, não havia espaço para o presidente da República como pessoa física e, mais ainda, como chefe supremo e instância maior do processo decisório. Limitava-se a assistir e a aceitar. Agora, as coisas mudaram, e José Sarney compõe as condições para acionar o leme da embarcação, ele mesmo.

Pode ser que o Ministério, ou que muitos ministros, não se sintam vontade diante da nova postura, já que, afinal, se estabelece gradativamente uma instância de fato entre eles e o presidente da República. Quando chegam com soluções para os diversos problemas, precisam discutí-las com um dos componentes do "grupo dos dez" — ainda constituído por sete cidadãos, mas próximo de completar-se e até de se ampliar, conforme as necessidades. Os ministros não despacham com Sarney senão de 15 em 15 dias, enquanto os assessores têm acesso diário e permanente ao seu gabinete. Estão livres das obrigações protocolares e liberados para procurar qualquer ministro, a qualquer hora, em nome do presidente. Participam de reuniões e têm nelas direito de opinar quando quiserem, mesmo contra a opinião de ministros, como aconteceu com Luis Paulo Rosenberg no dia em que Sarney reuniu os responsáveis pela área econômica e alguns economistas na Granja do Torto. Não deixa de ser ao menos sui generis a postura adotada pelo presidente no setor econômico-financeiro, onde, além de ter incrustado a figura de Luis Paulo Rosenberg, promove seminários e sôbatinas com empresários e economistas na presença dos titulares da Fazenda e do Planejamento, quando eles se vêem até contestados.

Interessa menos personalizar, mas existem ministros que, indagados sobre a possibilidade de a situação repetir-se com eles, isto é, de também serem sabatinados, respondem simplesmente que apresentariam seus pedidos de demissão. Menos por causa dos assessores especiais, é claro, do que pela hipótese de merecerem indagações e reparos de corpos estranhos, quase sempre propensos à crítica às políticas em andamento.

A explicação de Sarney, transmitida por seus assessores é simples: não se trata de diminuir os ministros, nem de tirar-lhes a força, mas de fortalecer a Presidência da República e dotá-la de condições mais aprimoradas de decisão. O poder, para ele, funcionará melhor segundo esses parâmetros. Não admite a posição de simples instância homologatória, especialmente porque registra, no seu dia-a-dia, a completa desorganização da máquina administrativa estatal. O papel fiscalizador, e de acompanhamento das decisões, precisa funcionar de maneira permanente.

Se o governo agrá harmonicamente dentro dessa nova mecânica, é questão para mais tarde, não para os primeiros 90 dias de sua posse, que, na realidade, não foram 90, mas 40 de trabalho rotineiro. Durante a doença de Tancredo Neves, a Presidência da República se omitiu de propósito, cabendo aos ministros produzir o mínimo de iniciativas. Até os funerais, com a Nação traumatizada, não houve condição para se por a funcionar, o que começou a ocorrer depois.